



"Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência."



## Ementa Minicurso GT05 – Estado e Política Educacional

### FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: FOCO NO ORÇAMENTO FEDERAL

Juca Gil - UFRGS

Marcos Edgar Bassi - UFSC

#### **Ementa:**

Fontes de receitas do financiamento da educação na esfera federal. Funções exercidas pela União no financiamento da educação. Orçamento federal da educação. Fontes de consulta sobre o financiamento federal da educação.

#### **Objetivos:**

- Oferecer aos pesquisadores participantes subsídios conceituais e metodológicos básicos sobre o financiamento da educação na esfera federal para que disponham de condições de consultar fontes e compreender a estrutura e a organização do orçamento federal da educação.
- Apresentar aos pesquisadores formas de abordagem de dados e fontes de pesquisa de informação sobre o financiamento da educação no âmbito da União;
- Fomentar a discussão sobre a estrutura tributária e a organização orçamentária do Estado brasileiro em aspectos relacionados ao financiamento da educação em âmbito federal.

#### **Metodologia/avaliação:**

Exposição conceitual sobre a organização do financiamento da educação federal em aspectos relativos aos tributos e as receitas, as etapas de elaboração do ciclo orçamentário, bem como sobre os fundamentos constitucionais de recursos destinados a educação e dispositivos condicionantes.

Apresentação a discussão contextualizada das principais políticas e programas em torno do financiamento da educação, com destaque para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), o Custo Aluno Qualidade

(CAQ), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Emenda Constitucional nº 95/16 (Teto dos gastos federais).

Por fim, ao longo do minicurso, será solicitada a participação direta dos pesquisadores por meio da realização de exercícios, da leitura de demonstrativos dos recursos aplicados na educação federal, bem como da análise de relatórios e planilhas previamente elaborados, de modo a possibilitar uma visão geral e a reflexão sobre o financiamento da educação.

Tópicos básicos de discussão e fontes de consulta:

- 1) As receitas e o destino dos recursos do financiamento da educação federal.
- 2) A participação da União no Fundef e no Fundeb.
- 3) O Piso Salarial Profissional Nacional e as competências da União.
- 4) A União e a implementação do CAQi e do CAQ
- 5) A Emenda Constitucional nº 95/16 (Art. 107 a 114, ADCT-CF88) e a despesas da União com educação.

### **Referências bibliográficas:**

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior**. Estado x mercado. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. PEC 241: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **RBPAAE**. V. 32, n. 3. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/70262>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO. **A aprovação da PEC 241 significa estrangular a educação pública brasileira e tornar letra morta o Plano Nacional de Educação 2014-2024**. 2016. Disponível em <[http://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Nota-conjunta-FINEDUCA-CNDE\\_01\\_2016.pdf](http://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Nota-conjunta-FINEDUCA-CNDE_01_2016.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BASSI, Marcos Edgar; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Participação e controle social no Fundef e no Fundeb. **POIÉSIS** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul), v. 2, p. 85-98, 2009.

CAMARGO, Rubens Barbosa de ; GIL, Juca ; GOUVEIA, Andrea Barbosa. ; MINHOTO, Maria Angélica Pedra . Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, p. 341-363, 2009.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. 1. ed. São Paulo: Global, 2007. v. 1. 127p .

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos Edgar. **Bicho de sete cabeças**. Para entender o financiamento da educação brasileira. 1. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009. v. 1. 176p .

FARENZENA, Nalu. Políticas de assistência financeira da União no marco das responsabilidades (inter)governamentais em educação básica. In: GOUVEIA, Andréa; PINTO, José Marcelino de; CORBUCCI, Paulo Roberto. **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12318](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12318)  
> . Acesso em: 27 jul. 2017.

GIL, Juca. Conselho do Fundef: uma história de atribuições esvaziadas. In: BASSI, Marcos Edgar; AGUIAR, Letícia. (Orgs.). **Políticas Públicas e formação de professores**. Ijuí - RS: UNIJUI, 2009, p. 245-264.

GIL, Juca; ARELARO, Lisete . Política de fundos na educação: duas posições. In: LIMA, Maria José Rocha; ALMEIDA, Maria do Rosário; DIDONET, Vital. (Orgs.). **FUNDEB: Dilemas e Perspectivas**. Brasília: Edição Independente, 2005, p. 53-65.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino de Rezende; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola (Org.). **Financiamento da Educação no Brasil**: os desafios de gastar 10% do PIB em 10 anos. 1. ed. Campo Grande: Oeste, 2015. v. 1. 340p.

MENDLOVITZ, Marcos. Análise dos efeitos da PEC nº 241 sobre a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. **Estudo Técnico nº 11/2016** (revisado). Brasília: Câmara dos Deputados. 2016. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2016/et11-2016-analise-dos-efeitos-da-pec-no-241-sobre-a-manutencao-e-desenvolvimento-do-ensino>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação no governo Lula. **RBPAAE**, v. 25, n.2. 2009. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19500>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

TANNO, Claudio Riyudi. Novo Regime Fiscal constante da PEC nº 241/2016: análise dos impactos nas políticas educacionais. **Estudo Técnico nº 18/2016**. Brasília: Câmara dos Deputados. 2016. Disponível em:<<https://blogdopensar.files.wordpress.com/2016/10/documento-paulo-cc3a2mara.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Orçamento da educação: riscos de compressão das despesas não asseguradas pela PEC nº 241/2016. **Estudo Técnico nº 22/2016**. Brasília: Câmara dos Deputados. 2016. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2016/et22-2016-orcamento-da-educacao-riscos-de-compressao-das-despesas-nao-asseguradas-pela-pec-no-241-2016>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Novo Regime Fiscal constante da PEC nº 241/2016: análise dos impactos no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Estudo Técnico nº 24/2016**. Brasília: Câmara dos Deputados. 2016. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2016/et24-2016-novo-regime-fiscal-constante-da-pec-no-241-analise-dos-impactos-plano-nacional-de-educacao>> Acesso em: 27 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. EC nº 95/2016 – Teto de gastos públicos: questões essenciais para o desenvolvimento da educação. **Estudo Técnico nº 01/2017**. Brasília: Câmara dos Deputados. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/et01-2017-teto-de-gastos-publicos-questoes-essenciais-para-o-desenvolvimento-da-educacao>>. Acesso em: 27 jul. 2017.